

ESTUDO TÉCNICO

N.º 11/2013

Estratégia de implementação dos  
Cursos de Capacitação para Técnicos e  
Gestores envolvidos em ações do  
Sistema Único da Assistência Social e  
Plano Brasil Sem Miséria

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

## **Estudo Técnico**

No. 11/2013

Estratégia de implementação dos Cursos de Capacitação para técnicos e gestores envolvidos em ações do Sistema Único de Assistência Social e do Plano Brasil Sem Miséria

## **Equipe Responsável**

Patrícia Augusta Ferreira Vilas Boas

Antonio Santos Barbosa de Castro

Ana Maria de Oliveira

## **Revisão**

Camila Menezes

Paulo Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na Secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS nas esferas federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados a sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Com vistas em ampliar os níveis de discussão a respeito da política social brasileira, ambiciona-se transformar estes Estudos em artigos para publicação na Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outras revistas técnicas-científicas de repercussão.

**Palavras-chave:** *Capacitação; Gestão de Programas; SUAS; Brasil Sem Miséria*

## **Unidade Responsável**

### **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1501 | Fax: 2030-1529

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

### **Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**

Paulo de Martino Jannuzzi

### **Secretária Adjunta**

Paula Montagner

## Apresentação

O presente Estudo Técnico tem por objetivo apresentar a estratégia de implementação dos três cursos de capacitação de gestores e técnicos envolvidos em ações, programas e serviços do Sistema Único da Assistência Social e do Plano Brasil Sem Miséria. Inicia-se este documento com uma breve exposição sobre as perspectivas conceituais e pedagógicas que orientam a produção dos conteúdos e, após, apresentam-se os cursos, seus objetivos, o público-alvo, bem como a metodologia utilizada na sua elaboração e os arranjos operativos que viabilizam sua execução.

### 1.Os Princípios Norteados dos Processos Formativos

Em consonância com os princípios pedagógicos da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP), aprovada recentemente, as ações de capacitação e formação empreendidas no âmbito da SAGI se orientam pelos princípios da Educação Permanente, da Aprendizagem Significativa e do Desenvolvimento de Competências.

De modo sucinto, a Educação Permanente (ou educação de adultos ao longo da vida) é um conjunto de ações e estratégias de ensino e de aprendizagem que são pensadas e propostas a partir da prática e do contexto em que o trabalhador (educando), foco da ação formativa, está inserido. Nessa perspectiva, o formador (educador) não é um mero transmissor de conhecimento, mas um facilitador e motivador da aprendizagem, que deve ser construída de forma colaborativa e permitir, sobretudo, reflexões sobre a postura e a prática cotidiana do trabalhador no seu contexto de atuação.

Assim, a Educação Permanente se difere de ações de formação que visam responder às demandas específicas e imediatas de qualificação profissional, como comumente acontece no mundo do trabalho. Nesse modelo de formação, a troca de experiências, a correlação entre conhecimento e realidade, e a cooperação norteiam todo o processo de ensino e de aprendizagem.

A Aprendizagem Significativa, por sua vez, ocorre quando o educando, a partir de suas próprias experiências, compreende a lógica e o sentido daquilo que está sendo

abordado no contexto da formação. Para que ela ocorra, o educando precisa ter disposição para aprender, “desaprender” e abrir-se para o novo. O formador, consciente do seu papel, deve instigar a aprendizagem e buscar meios e estratégias didáticas que a tornem prazerosa. Caso contrário, ela será mecânica e destituída de sentido, além de pouco eficaz.

Por competência, entende-se o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Nesse contexto, não se trata apenas do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas de também sócio-profissionais, ou seja, que incorporam reflexões de natureza ética, política, humana e social.

## 2. O papel da SAGI na formação e capacitação dos trabalhadores do SUAS:

A institucionalização das atividades de monitoramento e avaliação (M&A) da ação governamental vem ganhando força no Brasil, acompanhando o esforço de ampliação do escopo e escala dos programas sociais. Recursos crescentes são aportados ao levantamento de informações para gestão e aprimoramento desses programas no País.

Concomitantemente, observa-se um expressivo aumento do número de trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social nos últimos anos, bem como o aumento e a diversificação da qualificação média dos técnicos e gestores nas três esferas do setor público que atuam na área das políticas sociais.

Tais mudanças demandam novas estratégias de compartilhamento de informações entre os entes federados, bem como o planejamento e a oferta de cursos de capacitação e formação que possam contribuir para o desenvolvimento de novas

competências nos trabalhadores do SUAS, e para o aprimoramento da gestão e o controle social das políticas sociais.

Diante desse cenário, a SAGI, mais precisamente o seu Departamento de Formação e Disseminação (DFD), tem o desafio de estruturar programas de capacitação de curta duração e de formação de média e longa duração para técnicos, gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos na implantação das políticas de desenvolvimento social e combate à fome e à pobreza, nas três esferas de governo.

Os três cursos que serão descritos neste Estudo Técnico, concebidos segundo os princípios pedagógicos já mencionados, inserem-se no escopo do **Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS<sup>1</sup>**, que tem por objetivo central apoiar os estados e o DF na execução dos seus Planos Estaduais de Capacitação do SUAS, buscando atender às demandas das agendas prioritárias, como o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), contribuindo para sua institucionalização no contexto da assistência social.

Esses cursos foram elaborados em parceria entre o DFD/SAGI e o Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social (DGSUAS/SNAS), e também contou com o apoio de especialistas - na sua maioria professores universitários que atuam na área das políticas públicas sociais.

### 3. Metodologia de Planejamento dos Cursos

A figura abaixo representa a metodologia de planejamento adotada nos processos de capacitação e formação conduzidos pelo DFD/SAGI. Nela estão descritas todas as fases/etapas deste processo minucioso, que começa com o acolhimento da demanda (iniciação) e se encerra após a realização dos processos avaliativos. É de praxe que, cumpridas todas as etapas, o DFD torne público o processo e seus resultados, disseminando informações que eventualmente possam ser úteis a outros Ministérios, estados, municípios e acadêmicos que atuam com a formação de trabalhadores

---

<sup>1</sup> O CapacitaSUAS foi instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº08, de 16 de março de 2012 e regulamentado pela Portaria Ministerial nº 142, de 5 de julho de 2012.

### **Iniciação**

Diagnóstico de necessidades de qualificação;  
Definição de objetivos e públicos da capacitação;  
Definição do tipo de ação de formação ou capacitação adequada;  
Definição da modalidade de oferta.

### **Planejamento**

Elaboração da Matriz de Conteúdos e Objetivos Instrucionais;  
Produção do material didático e Definição dos recursos operacionais necessários à execução;  
Customização do Sistema de Gestão Administrativa e Acadêmica;  
Definição do arranjo institucional de execução;  
Elaboração de Plano de Monitoramento e Avaliação.

### **Execução**

Implementação da ação de formação ou capacitação segundo o planejamento efetuado.

### **Monitoramento e Avaliação**

Aplicação dos recursos, procedimentos e indicadores de monitoramento definidos no Plano de Monitoramento e Avaliação  
Aplicação dos recursos, procedimentos e metodologia de avaliação definidos no Plano de Monitoramento e Avaliação

### **Encerramento**

Disseminação das informações relativas à avaliação realizada e aos resultados da ação de formação ou capacitação.

## 4. Arranjos Operacionais do CapacitaSuas:

Apesar de muitas das responsabilidades pela oferta das políticas de assistência social caberem aos estados, municípios e ao DF, o governo federal conta com uma participação proeminente na oferta de recursos e na indução de novas políticas e práticas no âmbito do SUAS.

Para a execução do CapacitaSUAS apostou-se em um arranjo inovador, que estabelece co-responsabilidades e compromissos distintos e complementares entre os envolvidos na concepção e execução dos cursos.

Antes de elencar algumas das principais responsabilidades que competem ao MDS, aos Estados e às Instituições de Ensino Superior que compõem a Rede Nacional, cumpre relatar, mesmo que brevemente, como o processo de constituição dessa Rede aconteceu, e quais as razões que induziram a escolha deste arranjo operacional.

As primeiras ofertas de capacitações realizadas pelo MDS atendiam especificidades e demandas pontuais, ou seja, eram oferecidas fora de um planejamento ou de uma política de educação permanente. Sua execução era feita por instituições da área de educação que participavam de um processo licitatório denominado “Pregão”, em que, apesar da obrigatoriedade do atendimento das especificações técnicas descritas nos Termos de Referências elaborados pelas equipes técnicas do MDS, a contratação pautava-se na escolha do menor preço.

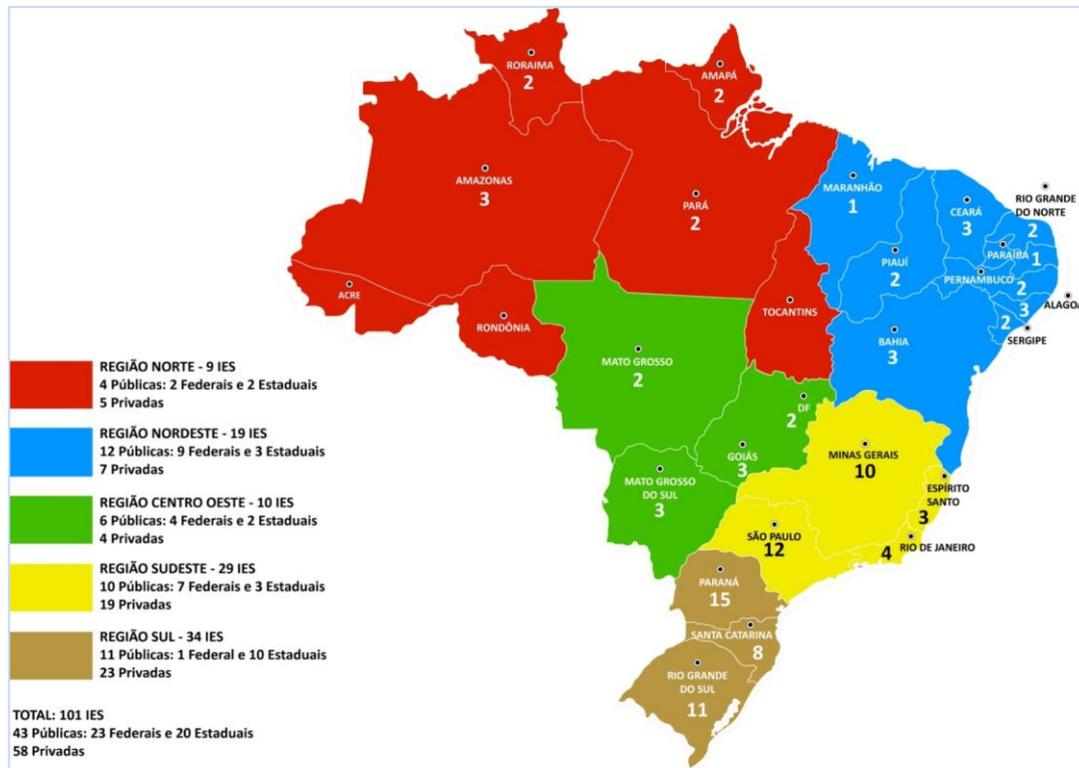
Esse arranjo demandava um esforço enorme das equipes que, com frequência, se viam envolvidas quase que exclusivamente no acompanhamento de processos administrativos e jurídicos dessas capacitações. A parte de formulação mais estratégica e pedagógica, assim como a de levantamento e qualificação de demandas, por exemplo, eram prejudicadas.

Além disso, o modelo de execução era centrado na União, e a participação dos outros entes federados resumia-se, quase sempre, em realizar a disseminação sobre a oferta dos cursos, a mobilização dos cursistas e, eventualmente, prover algum apoio logístico para a oferta dos cursos.

No atual arranjo, as ações de capacitação e formação estão inseridas no escopo de uma Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, portanto, é possível planejar e estabelecer metas de curto, médio e longo prazos. Além disso, essa Política

estabelece regras e compromissos que são compartilhados por todos os entes federativos.

Para aprimorar o arranjo de execução e oferta dos cursos, foi concebida a estratégia de publicar um Aviso de Chamada Pública para credenciar Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, que atendessem aos requisitos de interesse do MDS (como, por exemplo, a experiência em atividades extensionistas na área social), e os critérios mínimos de qualidade impostos pelo Ministério da Educação (MEC). Este processo culminou na instituição de uma Rede Nacional de IES do SUAS<sup>2</sup>, que consiste em um conjunto de IES pré-habilitadas e dispostas a contribuir para os esforços de aprimoramento do SUAS. Com isso, além de um número maior de parceiros atuando na agenda de capacitações do MDS e dos estados, vislumbram-se outros ganhos sociais decorrentes dessa aproximação maior entre a academia e a gestão pública das políticas sociais, a começar por oportunizar aos alunos dessas instituições o convívio mais próximo com a realidade do SUAS nos seus municípios. O mapa abaixo representa a distribuição geográfica das 101 IES que compõem atualmente a Rede Nacional. No anexo I encontra-se a lista nominal dessas Instituições.



<sup>2</sup> Para saber mais sobre a Rede, acesse o portal:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id\\_grupo=81](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=81)

Feitos esses esclarecimentos, retoma-se a descrição dos principais compromissos e responsabilidades do Governo Federal (MDS), Estados (UF) e das IES no âmbito do CapacitaSUAS.

#### Competências do **MDS**:

- Instituir e coordenar a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS;
- Co-financiar ações de capacitação/formação de introdução/atualização;
- Conceber e desenvolver cursos de introdução, atualização, aperfeiçoamento e técnico, e respectivos materiais didáticos de referência, com a participação de especialistas;
- Realizar reuniões de alinhamento com as IES;
- Monitorar e Avaliar a execução do Programa.

#### Cabem aos **Estados e DF**:

- Estruturar e/ou fortalecer suas áreas de Educação Permanente, implementando Planos de Capacitação em conformidade com Planos de Curso elaborados pelo MDS;
- Ofertar cursos de capacitação e formação mediante a realização de processos de seleção e contratação das IES, integrantes do Capacitasuas, em conformidade com as diretrizes do MDS;
- Complementar e co-financiar capacitações segundo particularidades regionais;
- Divulgar oferta, mobilizar e garantir a participação dos públicos-alvo dos cursos;
- Implantar o Plano de Monitoramento e Avaliação dos cursos ofertados pelas IES, em conformidade com as diretrizes do MDS.

Entre as atribuições das IES destacam-se:

- Realizar os cursos contratados, em consonância com as diretrizes didáticas e pedagógicas do MDS;
- Participar das reuniões de alinhamento com as equipes do MDS;
- Produzir as informações necessárias para gestão acadêmica (frequência, avaliações, entre outras) e para permitir o monitoramento, avaliação e disseminação das experiências dos cursos;
- Certificar os trabalhadores do SUAS que concluírem as capacitações;

Pelo exposto, é possível observar com mais clareza que as ações de capacitação e formação dos trabalhadores do SUAS estão inseridas num conjunto mais amplo e complexo de formulações, seja na metodologia de concepção dos cursos, seja no desenho operativo. Isso demanda mais tempo, contudo, permite o planejamento de ações mais permanentes e a execução de ofertas mais adequadas às demandas de formação desses trabalhadores, bem como das agendas estratégicas do MDS.

Com esse esforço coletivo entre a SAGI, SNAS, os Estados e as IES almeja-se, sobretudo, que as novas competências e habilidades a serem desenvolvidas nos trabalhadores do SUAS, por meio dos cursos ofertados pelo CapacitaSUAS, possam propiciar melhorias na qualidade dos serviços disponibilizados à população brasileira e garantir os direitos e a inclusão social daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

## 5. Os Cursos ofertados no CapacitaSuas:

O quadro a seguir apresenta uma versão reduzida dos Projetos e das Matrizes Pedagógicas elaboradas para cada um dos cursos do CapacitaSUAS, onde estão descritos, detalhadamente, os seus objetivos geral e específicos; a justificativa da oferta; o público-alvo; a organização modular dos conteúdos; as unidades de cada módulo; a carga horária; os objetivos instrucionais; sugestões de recursos didáticos e bibliografia especializada.

## IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS

Nome	Objetivo Geral	Público
<p><b><u>Curso I:</u></b></p> <p><b>Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria</b></p>	<p>Realizar nivelamento do público elegível quanto aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e à implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria.</p>	<p>Profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais no âmbito dos Cras, Creas, Centros Pops, Serviços de Acolhimento Institucional e Serviços Volantes. Será dada prioridade aos profissionais que possuem vínculo formal (efetivo, comissionado ou celetista) com as administrações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.</p>
<p><b><u>Curso II:</u></b></p> <p><b>Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e acompanhamento do SUAS e do BSM.</b></p>	<p>Capacitar gestores e técnicos estaduais e municipais para realizar diagnósticos, levando em consideração o contexto socioeconômico e a dimensão da pobreza nos estados e municípios, de forma a subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, bem como o acompanhamento dos programas e ações do SUAS e do BSM.</p>	<p>Gestores e técnicos de nível superior das secretarias de assistência social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e coordenadores de CRAS e CREAS.</p>
<p><b><u>Curso III:</u></b></p> <p><b>Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS</b></p>	<p>Fornecer aos trabalhadores que atuam diretamente nas atividades de gestão dos Fundos de Assistência Social subsídios conceituais e tático-operativos atualizados quanto aos processos e procedimentos relacionados ao sistema de planejamento orçamentário brasileiro e à gestão financeira e orçamentária do SUAS.</p>	<p>Técnicos que atuam diretamente nas atividades de gestão dos fundos de assistência social (nível médio e superior). Serão priorizados os profissionais que possuem vínculo formal (estatutário, celetista e comissionado) com a Administração Pública.</p>

Os cursos foram planejados para uma grade horária de 40 horas, podendo ser ministrados presencialmente ou a distância, de acordo com as especificidades de cada estado e do Distrito Federal. Até 2015, espera-se capacitar 37 mil trabalhadores do SUAS, sendo que os que possuem vínculo formal (estatutário, celetista e comissionados) terão prioridade de atendimento. O número mínimo de trabalhadores por estado que deverão participar dos cursos é 250 (duzentos e cinquenta), e o máximo 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta). Havendo interesse e recursos disponíveis, os estados poderão financiar a capacitação de um número maior de trabalhadores, pois os recursos do CapacitaSUAS são para o co-financiamento. Na tabela a seguir, apresenta-se o número total dos trabalhadores do SUAS, com vínculo, segundo o Censo SUAS 2012, bem como o público-alvo do Programa nesta primeira etapa de implementação.

Equipamento da A.S	Total de Servidores com vínculo	Publico alvo 2013/14
CRAS	28.686	<b>29.650 a 37.062</b> <b>Trabalhadores <u>prioritariamente</u></b> <b><u>com vínculo formal</u></b>
CREAS	8.430	
CENTROS POP	597	
SERVIÇO VOLANTE	3.200	
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	135.382	
GESTÃO MUNICIPAL	89.846	
GESTÃO ESTADUAL	10.539	
<b>PÚBLICO TOTAL:</b>	<b>276.680</b>	<b>até 1.853 (até 5%)</b> <b>37.062</b>

## 6. Recursos Orçamentários do CapacitaSuas:

No tocante aos recursos orçamentários do MDS repassados aos estados e ao DF nessa primeira fase do CapacitaSUAS, R\$26,7 milhões foram distribuídos de acordo com o percentual de trabalhadores a serem capacitados. O repasse foi também condicionado à apresentação de um Plano Estadual de Capacitação do SUAS, pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), no caso dos estados, e aprovado nos Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) e Conselho de Articulação Social do

DF e Entorno (CAS/DF). Todas as unidades federativas apresentaram seus respectivos Planos à Coordenação Geral da Gestão do Trabalho do SUAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social, até maio de 2012. De acordo com as regras pactuadas, isso significou um acréscimo de 15% no valor base do co-financiamento por capacitando, estipulado em R\$ 600,00 (seiscentos reais). Ademais, outros 5% de acréscimo foram concedidos aos estados que atingiram a meta de preenchimento do Censo SUAS em 95%. Os estados da região Norte, em razão das suas peculiaridades, receberam um valor unitário base de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais). Essa distribuição de recursos, feita por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), pode ser melhor compreendida a partir da ilustração do quadro abaixo.

<b>Descrição</b>	<b>Estados e DF</b>	<b>Estados da Região Norte</b>
<b>Valor unitário base</b>	R\$ 600,00	R\$ 720,00
<b>Plano de Capacitação pactuado e aprovado (+ 15%)</b>	+ R\$ 90,00	R\$ 108,00
<b>Percentual de preenchimento do Censo SUAS de 95%</b>	+ R\$ 30,00	+ R\$36,00

## 7. Considerações Finais:

O processo de pactuação e definição dos critérios de repasses de recursos, assim como o de elaboração dos primeiros cursos do CapacitaSUAS, consumiu cerca de um ano de trabalho das equipes do DFD e da DGSUAS. Ao passo em que ocorriam as pactuações com os estados e com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Departamento de Formação e Disseminação da SAGI ocupava-se, prioritariamente, da concepção de metodologias de planejamento e oferta dos cursos, da estruturação da Rede Nacional de IES e da formulação dos conteúdos.

Assim, no final de 2012 os conteúdos e os projetos pedagógicos dos três cursos foram apresentados às equipes estaduais da Gestão do Trabalho, em um oficina

nacional realizada em Brasília, onde as equipes também tiveram oportunidade de receber orientações gerais sobre os procedimentos de contratação das IES da Rede.

Em março de 2013 foi realizado o 1º Encontro da Rede Nacional de IES de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, também em Brasília, que contou com a participação de 160 pessoas, dentre as quais estavam representantes das IES, dos estados, do CNAS e do MDS. Na ocasião, além de um panorama sobre a atual política social do Brasil, os participantes puderam conhecer o Plano Brasil Sem Miséria, os normativos e arranjos operacionais do CapacitaSUAS; informações atualizadas sobre os recursos humanos do SUAS, e a importância da Política Nacional de Capacitação e Formação Permanente do SUAS. Tal momento configurou-se também oportuno para uma maior aproximação entre os integrantes da Rede e os representantes dos estados.

Entre abril e maio de 2013, por demanda das equipes estaduais da Gestão do Trabalho, foram realizadas visitas aos estados do Maranhão, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Florianópolis, Pará e Manaus. O objetivo das visitas foi prestar apoio às equipes estaduais na elaboração dos Termos de Referência e demais instrumentos de contratação das IES para a oferta dos cursos no estado.

No momento, estão sendo iniciadas as primeiras oficinas de alinhamento junto às IES já contratadas, sendo que a oferta dos primeiros cursos nos estados está prevista para início em julho de 2013. O processo de implementação desses cursos será objeto de um novo Estudo Técnico.

## Referências bibliográficas

PELIZZARI, Adriana et al. **Teoria da Aprendizagem Significativa Segundo Ausubel**. In. Revista PEC, Curitiba, v2, n.1, p.37-42, jul.2001.

**Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS nº 142, de 5 de julho de 2012**. Dispõe acerca do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSuas. Disponível em [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

**Resolução CNAS nº 8, de 6 de março de 2012**. Institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS). Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas](http://www.mds.gov.br/cnas)

**Resolução CNAS nº04, de 13 de março de 2013**. Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS.. Disponível em: <http://www.iusbrasil.com.br/diarios/52195938/dou-secao-1-20-03-2013-pg-48>

SANTOS, Júlio César Furtado dos. **O Desafio de Promover a Aprendizagem Significativa**. Disponível em: <http://cenfophistoria.files.wordpress.com/2012/02/textodesafio.pdf>

THIOLLENT, Michel. **A educação permanente Segundo Henri Desroche**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072012000300017&lng=en&tling=pt.10.1590/S0103-73072012000300017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000300017&lng=en&tling=pt.10.1590/S0103-73072012000300017).

## ANEXO I

	<b>NORDESTE - IES</b>	<b>Estado</b>
1	Associação Teresinense de Ensino	Piauí
2	Fundação Edson Queiroz - Universidade de Fortaleza	Ceará
3	Fundação Universidade Estadual do Ceará	Ceará
4	Fundação Universidade Federal de Sergipe	Sergipe
5	IREP (Alagoas)	Alagoas
6	Sociedade de Educação Tiradentes SS LTDA	Alagoas
7	Sociedade de Educação Tiradentes SS LTDA	Sergipe
8	Sociedade Piauiense de Ensino Superior	Piauí
9	Universidade Católica de Pernambuco	Pernambuco
10	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
11	Universidade Estadual de Santa Cruz	Bahia
12	Universidade Federal da Bahia	Bahia
13	Universidade Federal da Paraíba	Paraíba
14	Universidade Federal de Alagoas	Alagoas
15	Universidade Federal do Ceará	Ceará
16	Universidade Federal do Maranhão	Maranhão
17	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Bahia
18	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
19	Universidade Rural de Pernambuco	Pernambuco

	<b>NORTE - IES</b>	<b>Estado</b>
1	Associação Amapaense de Ensino e Cultura	Amapá
2	Faculdades Cathedral de Ensino Superior	Roraima
3	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazonia - Faculdade Salesiana Dom Bosco	Amazonas
4	Instituto Metropolitano de Ensino	Amazonas
5	Universidade do Estado do Amazonas	Amazonas
6	Universidade Estadual de Roraima	Roraima
7	Universidade Federal do Amapá	Amapá
8	União de Ensino Superior do Pará	Pará
9	Universidade Federal do Pará	Pará

	<b>CENTRO OESTE- IES</b>	<b>Estado</b>
1	Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruema	Mato Grosso
2	Faculdade Projeção de Ceilândia	Distrito Federal
3	Fundação Universidade Estadual Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul
4	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Mato Grosso do Sul
5	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul
6	Sociedade Goiana de Cultura	Goiás
7	União Brasiliense de Educação e Cultura (UCB_	Distrito Federal
8	Universidade Estadual de Goiás	Goiás
9	Universidade Federal de Goiás	Goiás
10	Universidade Federal do Mato Grosso	Mato Grosso

	<b>SUL - IES</b>	<b>Estado</b>
1	Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus	Paraná
2	Associação Pró-ensino em Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul
3	Centro de Ensino Superior de Pinhais	Paraná
4	Centro Integrado de Ciência Educação e Tecnologia	Paraná
5	Centro Universitário Metodista do Ipa	Rio Grande do Sul
6	Complexo de Ensino Superior Meridional	Rio Grande do Sul
7	Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná	Paraná
8	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	Paraná
9	Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí	Paraná
10	Fundação Universidade de Cruz Alta	Rio Grande do Sul
11	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Santa Catarina
12	Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina	Santa Catarina
13	Fundação Universidade para o Alto Vale do Itajaí	Santa Catarina
14	Fundação Universitária de Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTES)	Santa Catarina
15	FURI	Rio Grande do Sul
16	IREP (Curitiba)	Paraná
17	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Paraná
18	União Brasileira de Educação e Assistência	Rio Grande do Sul
19	União de Ensino e Cultura de Guarapuava	Paraná
20	Universidade Católica de Pelotas	Rio Grande do Sul
21	Universidade de Caxias do Sul	Rio Grande do Sul
22	Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe	Santa Catarina
23	Universidade do Extremo Sul Catarinense	Santa Catarina
24	Universidade do Planalto Catarinense	Santa Catarina
25	Universidade do Vale do Itajaí	Santa Catarina
26	Universidade do Vale do Rio do Sinos	Rio Grande do Sul
27	Universidade Estadual de Londrina	Paraná
28	Universidade Estadual de Maringá	Paraná
29	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Paraná

30	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Paraná
31	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Paraná
32	Universidade Federal de Santa Maria	Rio Grande do Sul
33	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
34	Universidade Tecnológico Federal do Paraná	Paraná

	<b>SUDESTE- IES</b>	<b>Estado</b>
1	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	São Paulo
2	Associação Educacional Nove de Julho	São Paulo
3	Centro Universitário de Sete Lagoas	Minas Gerais
4	Centro Universitário de Votuporanga	São Paulo
5	Centro Universitário Leonardo da Vinci	Minas Gerais
6	Diadema Escola Superior de Ensino	São Paulo
7	Faculdade Santa Lúcia	São Paulo
8	Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas	Minas Gerais
9	Fundação Educacional Comunitária Formiguense	Minas Gerais
10	Fundação Educacional de Fernandópolis	São Paulo
11	Fundação Paulista de Tecnologia e Educação	São Paulo
12	Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior Pesquisa LTDA	Minas Gerais
13	Instituto Presbiteriano Mackenzie	São Paulo
14	Instituto Superior de Educação La Salle	Rio de Janeiro
15	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Minas Gerais
16	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	São Paulo
17	Sociedade Educacional do Espírito Santo - Unidade de Vila Velha	Espírito Santo
18	Sociedade Potiguar de Educação e Cultura S.A	Espírito Santo
19	Sociedade Universitária Redentor	Rio de Janeiro
20	Universidade de Taubaté	São Paulo
21	Universidade Estadual de Campinas	São Paulo
22	Universidade Estadual de Montes Claros	Minas Gerais
23	Universidade Federal de Alfenas	Minas Gerais
24	Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais
25	Universidade Federal de Minas Gerais (Empresa Jurídica)	Minas Gerais
26	Universidade Federal de São Paulo	São Paulo
27	Universidade Federal do Espírito Santo	Espírito Santo
28	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
29	Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro